



ARTIGO



**EXPLORAÇÃO DO GÁS NATURAL EM MOÇAMBIQUE COMO
FACTOR DE CONFLITO ARMADO: UM OLHAR SOBRE A
PROVÍNCIA DE CABO DELGADO**

*NATURAL GAS IN MOZAMBIQUE AS A FACTOR OF ARMED CONFLICT: A LOOK
AT CABO DELGADO PROVINCE*

*EXPLORACIÓN DE GAS NATURAL EM MOZAMBIQUE COMO FACTOR DE
CONFLITO ARMADO: UMA MIRADA A LA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO*

Por Hilário Cornélio Casimiro da Silva Laisse & Rodrigues Simão Rafael

Hilário Cornélio Casimiro da Silva Laisse

Docente do Departamento de Geociências, do
Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e
Biociências da Universidade Rovuma.
Orcid: 0000-0002-6980-5435.
E-mail: hilariolaisse@gmail.com

Rodrigues Simão Rafael

Docente do Departamento de Geociências, do
Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e
Biociências da Universidade Rovuma.
Orcid: 0009-0004-9598-4248.
E-mail: rodriguessimao00@gmail.com.

Submetido: 20/10/2025

Aceite: 15/11/2025

Como citar

Como citar: SILVA LAISSE, H. C. C;
RAFAEL, R. S. Exploração do gás natural em
Moçambique como factor de conflito armado:
um olhar sobre a Província de Cabo Delgado.
Boletim GeoÁfrica, v. 4, n. 13, p. 86-103, jul-
dez. 2025.



RESUMO

O estudo analisa de que forma a exploração do gás natural liquefeito (GNL) em Cabo Delgado, uma das maiores reservas descobertas no mundo nas últimas décadas, está associada à instabilidade sociopolítica e militar na região. A descoberta de gás natural na Bacia do Rovuma, no norte de Moçambique, atraiu avultados investimentos internacionais. As expectativas iniciais centravam-se no desenvolvimento socioeconómico e na melhoria das condições de vida das comunidades locais, em particular, e do país em geral, nomeadamente através da criação de empregos directos e do aumento das receitas fiscais. Contudo, a realidade evidencia deslocamentos forçados, perda de acesso a recursos, exclusão social e agravamento da violência armada ao nível provincial. O conflito armado já provocou mais de um milhão de deslocados entre 2017 e 2025. A investigação é de natureza qualitativa, exploratória e interpretativa, tendo a sistematização dos resultados sido realizada com base em artigos científicos, relatórios de organizações não-governamentais, documentos oficiais e estudos de caso sobre insurgência e segurança energética.

Palavras-chave: Exploração. Recursos. Maldição. Insurgência. Cabo Delgado.

ABSTRACT

This study analyzes how the exploration of liquefied natural gas (LNG) in Cabo Delgado, one of the largest reserves discovered in the world in recent decades, is linked to sociopolitical and military instability in the region. The discovery of natural gas in the Rovuma Basin, northern Mozambique, attracted significant international investment. Initial expectations revolved around socioeconomic development and improved living conditions for local communities in particular and the country in general, such as the creation of direct jobs and increased tax revenue. However, the reality points to forced displacement, loss of access to resources, social exclusion, and increased armed violence in the province. The armed conflict has already displaced more than one million people between 2017 and 2025. The research is qualitative, exploratory, and interpretative, as the results were systematized based on scientific articles, NGO reports, official documents, and case studies on insurgency and energy security.

Keywords: Exploration. Resources. Curse. Insurgency. Cabo Delgado.

RESUMEN

Este estudio analiza cómo la exploración de gas natural licuado (GNL) en Cabo Delgado, una de las mayores reservas descubiertas en el mundo en las últimas décadas, está vinculada a la inestabilidad sociopolítica y militar de la región. El descubrimiento de gas natural en la cuenca de Rovuma, al norte de Mozambique, atrajo una importante inversión internacional. Las expectativas iniciales giraban en torno al desarrollo socioeconómico y la mejora de las condiciones de vida de las comunidades locales en particular y del país en general, como la creación de empleos directos y el aumento de la recaudación fiscal. Sin embargo, la realidad apunta al desplazamiento forzado, la pérdida de acceso a los recursos, la exclusión social y el aumento de la violencia armada en la provincia. El conflicto armado ya ha desplazado a más de un millón de personas entre 2017 y 2025. La investigación es cualitativa, exploratoria e interpretativa, ya que los resultados se sistematizaron con base en artículos científicos, informes de ONG, documentos oficiales y estudios de caso sobre insurgencia y seguridad energética.

Palabras clave: Exploración. Recursos. Maldición. Insurgencia. Cabo Delgado.



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, Moçambique tem despertado crescente atenção internacional devido à descoberta e à abundância de vastas reservas de recursos naturais, especialmente energéticos. Esta reflexão concentra-se no gás natural localizado na província de Cabo Delgado. Inicialmente, presumiu-se que tais descobertas abririam uma janela de oportunidades para o desenvolvimento socioeconómico do país, sobretudo para as comunidades locais, contribuindo para a melhoria das condições de vida. No entanto, a exploração desses recursos acabou por desencadear um violento conflito armado em vários distritos da província.

Cabo Delgado atravessa profundas transformações económicas e sociais que têm afetado de forma turbulenta as populações e o meio ambiente, subordinando as necessidades das comunidades locais a interesses externos. Os projetos de exploração foram concessionados a diversas empresas internacionais, o que resultou na restrição do acesso das comunidades costeiras a recursos naturais essenciais à sua sobrevivência e no deslocamento forçado de famílias. Paralelamente, autoridades locais têm expropriado terras comunitárias em benefício de interesses estrangeiros, criando zonas de exclusão. Esse cenário está fortemente associado à ganância que permeia a nova economia de exploração de recursos naturais, gerando um ambiente de crescente insegurança quanto ao futuro da região (Cunha *et al.*, 2020).

Diante desse contexto, o presente estudo propõe-se a analisar a relação entre a exploração do gás natural e a instabilidade sociopolítica e militar em Cabo Delgado. Especificamente, busca-se: descrever de que forma a exploração do gás natural liquefeito protege, ou não, os interesses sociais, económicos e culturais das comunidades locais; investigar os fatores que influenciam a instabilidade sociopolítica e militar na província; e avaliar os impactos socioeconómicos da exploração do gás natural liquefeito sobre essas comunidades.

MATERIAIS E MÉTODO

A presente análise assenta numa investigação qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, com enfoque descritivo e analítico. O seu objectivo central é compreender a relação entre a exploração de recursos naturais, em particular o Gás Natural Liquefeito (GNL), e a instabilidade sociopolítica e militar na província de Cabo Delgado, em Moçambique. A recolha de dados foi realizada através de uma revisão bibliográfica sistemática, abrangendo



artigos científicos publicados em revistas académicas nacionais e internacionais; relatórios de Organizações Não Governamentais (ONGs) com actividade em Moçambique, como a ACAPS, Médicos Sem Fronteiras, Cruz Vermelha e OCHA; documentos oficiais do governo moçambicano, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Africana; bem como estudos de caso e análises temáticas sobre insurgência, segurança energética e desenvolvimento local. A análise dos dados foi estruturada a partir de fontes que incidem sobre dois eixos principais: por um lado, a exploração de recursos naturais energéticos, com especial destaque para o gás natural liquefeito na Bacia do Rovuma; por outro, a dinâmica do conflito armado, incluindo as suas causas, os actores envolvidos e os impactos sociais daí decorrentes.

A DEPENDÊNCIA DE RECURSOS NATURAIS NAS ECONOMIAS DE PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

É inegável a existência de uma relação intrínseca entre a abundância de recursos naturais e o seu impacto na vida social e económica dos países. Os recursos naturais exauríveis, como o petróleo e o gás natural, quando explorados numa determinada região, podem gerar receitas fiscais elevadas, facilmente apropriadas pelo Estado, sobretudo em períodos de forte valorização desses bens. Assim, o impacto dessas receitas substanciais tem permitido identificar diversos efeitos perniciosos associados aos recursos naturais nos países em desenvolvimento (Lima, 2012). Segundo Enríquez (2008), a literatura económica sobre recursos naturais tem evoluído significativamente, revelando visões contrastantes sobre o papel destes activos no desenvolvimento. Nos primórdios da teoria económica, os recursos naturais eram entendidos como fonte material de riqueza, especialmente pelas escolas fisiocrática e clássica, que destacavam o sector agrário como base do excedente económico e alertavam para os limites do crescimento decorrentes da escassez de recursos. Contudo, a partir da década de 1990, ganhou força a chamada “maldição dos recursos naturais”, uma abordagem crítica que sugere que países ricos em recursos tendem a apresentar fraco desempenho económico, instabilidade política e fragilidade institucional (Sachs *et al.*, 2001).

Os países dotados de abundantes recursos naturais tendem frequentemente a adoptar políticas protecionistas, acompanhadas de ineficiências na gestão desses recursos, o que resulta



em taxas de investimento reduzidas e, conseqüentemente, em baixo crescimento económico (Veríssimo & Xavier, 2014).

A literatura contemporânea sobre recursos naturais e os conflitos associados à sua exploração organiza-se em três grandes correntes teóricas. A primeira é a corrente estruturalista/keynesiana, que sustenta a ideia da “maldição dos recursos naturais”. Segundo esta perspectiva, a abundância de recursos gera dependência excessiva das exportações primárias, dificultando a diversificação económica e tornando os países vulneráveis a choques externos. Em contraste, a corrente neoinstitucionalista argumenta que os recursos, por si só, não são a causa dos problemas; o que os explica são as instituições frágeis, sistemas jurídicos deficientes, má governação e ausência de mecanismos de prestação de contas, que impedem uma gestão eficaz e transparente. Por fim, os neoschumpeterianos apresentam uma visão mais optimista, defendendo que o dinamismo tecnológico e a capacidade de inovação podem neutralizar os efeitos negativos da abundância de recursos. Para esta corrente, o investimento em conhecimento, ciência e tecnologia é essencial para transformar os recursos naturais em motores de desenvolvimento sustentável e inclusivo (Pamplona & Cacciamali, 2018).

A predominância de recursos naturais tem também fomentado o surgimento de um mercado paralelo, no qual países ricos, além de explorarem os recursos mediante o pagamento de impostos aos Estados, passaram a adquirir terras em países pobres como estratégia para estagnar o desenvolvimento local em seu próprio benefício (Barros *et al.*, 2012). Na visão optimista de Veríssimo e Xavier (2014), a exploração de recursos naturais pode, contudo, ser positiva para o desempenho económico, uma vez que a posse desses recursos representa uma expectativa de riqueza futura. Assim, vários países ricos em recursos naturais utilizaram as suas receitas para desenvolver actividades industriais, impulsionando elevados níveis de crescimento.

Contudo, a riqueza baseada em recursos naturais não determina, por si só, o crescimento económico. Factores como a queda dos preços das matérias-primas, a elevada volatilidade dos mercados, as dificuldades no desenvolvimento industrial, a doença holandesa e a fragilidade institucional podem associar essa riqueza a um baixo crescimento económico. O crescimento baseado em recursos naturais é incerto: períodos de aumento das receitas levam ao crescimento dos gastos públicos, mas as quedas abruptas nos preços interrompem projectos, geram instabilidade e dificultam o investimento privado, além de comprometerem o equilíbrio da



balança de pagamentos. O baixo crescimento das economias dependentes de recursos naturais decorre, em grande medida, da dificuldade em desenvolver sectores industriais. A especialização em matérias-primas, devido à sua elevada rentabilidade, reduz a diversificação económica, limitando a produtividade e o crescimento (Veríssimo, 2019). A doença holandesa¹, provocada pelo boom das matérias-primas (Frankel, 2012), origina: i) concorrência industrial; ii) utilização crescente das receitas fiscais para investimentos e remunerações; iii) elevação dos preços de bens e serviços não transaccionáveis em relação aos manufaturados; iv) deslocação de trabalho, capital e terra para os sectores das matérias-primas e serviços não transaccionáveis; v) défice da balança corrente, dificultando o pagamento de dívidas após o fim do boom

CONFLITOS POR RECURSOS NATURAIS

Os recursos naturais desempenharam um papel determinante na história dos conflitos armados. Para além de aumentarem o risco de confrontos ao financiarem e alimentarem disputas, também ampliam a vulnerabilidade dos países, ao reduzirem a capacidade das instituições políticas para resolverem tensões de forma pacífica (Le Billon, 2001). A Economia Política Internacional sublinha, simultaneamente, que as empresas têm responsabilidades éticas: devem respeitar os direitos humanos, gerir os recursos de forma responsável e promover o desenvolvimento sustentável em contextos de conflito. A forma como estas entidades respondem a tais exigências pode ter efeitos significativos na dinâmica dos conflitos globais. Assim, as empresas podem desempenhar um papel dual — contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico ou, inversamente, sendo implicadas ou suspeitas de agravar conflitos (Barbosa, 2024).

A probabilidade de ocorrência de um conflito civil associado à exploração de recursos naturais pode ser motivada por vários factores: (1) falta de transparência na gestão económica; (2) fragilidade política do governo; (3) promoção, por parte das populações residentes em zonas ricas em recursos, da ideia de criação de um Estado separado; e (4) financiamento de grupos insurgentes (Ross, 2004). Estes factores podem actuar de forma isolada ou combinada.

¹ Ela é caracterizada pela desindustrialização de um país, ocasionada pela entrada de divisas internacionais resultantes da comercialização de uma riqueza natural abundante (Strack, Azevedo, 2012)



A gestão de recursos naturais, como o petróleo e o gás natural, em zonas de conflito constitui um desafio significativo para as empresas, uma vez que estas áreas são particularmente propensas à eclosão de tumultos. Neste contexto, recai sobre as empresas a responsabilidade de agir em benefício das comunidades locais onde operam, sem descuidar os interesses dos seus accionistas. As empresas confrontam-se, assim, com dois cenários possíveis: (1) decidir se devem continuar a explorar recursos naturais em locais onde os direitos humanos são sistematicamente violados; ou (2) agir de forma que, inevitavelmente, possa contribuir para o financiamento de grupos armados (Barbosa, 2024).

O controlo dos recursos naturais é frequentemente exercido por vias obscuras, o que reacende conflitos entre grupos privados ou entre Estados, financiando grupos armados e/ou criando bases militares com intervenientes locais para assegurar o domínio desses recursos (Ngoenha, Amaral & Nhumaio, 2020). Segundo estes autores, existem três níveis de factores que explicam a origem dos conflitos em Moçambique, particularmente em Cabo Delgado: o nível de carácter religioso, as políticas sociais frágeis e a descoberta de recursos naturais. Os dois primeiros são frequentemente utilizados para encobrir o que constitui o factor decisivo dos conflitos: os recursos naturais. Este terceiro factor é o mais imprevisível e está associado ao conceito de imprecação dos recursos. Os maiores conflitos em África tendem a ocorrer em regiões com abundância de recursos naturais cobiçados, tornando esses locais focos privilegiados de desestabilização (Ngoenha, Amaral & Nhumaio, 2020)

ESTUDO DE CASO DE MOÇAMBIQUE: PROCESSO DE EXPLORAÇÃO DO GÁS NATURAL LIQUEFEITO (GNL) EM CABO DELGADO

A exploração de gás natural liquefeito (GNL) em Cabo Delgado, Moçambique, constitui um dos maiores investimentos privados em África, com potencial para transformar profundamente a região. Contudo, observa-se um retorno directo muito reduzido para os habitantes locais, que continuam a ter acesso limitado aos frutos da sua própria terra. A maior parte dos recursos é exportada sem qualquer tipo de processamento, o que diminui significativamente o valor acrescentado e perpetua a dependência económica. Em vez de promover a industrialização local, o modelo vigente privilegia a extracção bruta e o lucro das empresas estrangeiras, restringindo os benefícios para as comunidades que habitam a região. Como referem Cunha *et al.* (2019), a exploração dos recursos naturais em Cabo Delgado tem



sido realizada em detrimento do bem-estar das populações locais, que se encontram desarticuladas, marginalizadas e empobrecidas. Esta lógica extrativista acarreta consequências profundas para a população. As comunidades são frequentemente excluídas dos benefícios gerados pela exploração, enfrentando deslocamentos forçados, perda de acesso à terra e marginalização económica. A Lei de Minas moçambicana, ao permitir a reserva de vastos territórios para fins de exploração, entra em conflito com os direitos consuetudinários das populações locais, agravando a concentração de riqueza nas mãos de elites políticas e investidores estrangeiros (Cunha, 2022).

A terra, os recursos naturais e até os corpos das pessoas tornam-se objecto de apropriação, expropriação e exploração por interesses externos, muitas vezes com a cumplicidade de elites locais que beneficiam da exclusão dos seus próprios povos. Esta realidade evidencia o carácter estrutural da exclusão, que ultrapassa a esfera económica e se estende às dimensões política e cultural. O reassentamento das famílias afectadas pela exploração e pelos conflitos armados tem sido marcado por precariedade e insuficiências. Apesar dos esforços de organizações internacionais, como a FAO, para apoiar a retoma da agricultura de subsistência, muitas famílias continuam dependentes de ajuda humanitária e enfrentam dificuldades em reconstruir autonomamente as suas vidas. A exclusão económica é acompanhada por exclusão política e cultural, uma vez que as comunidades raramente são consultadas ou envolvidas nas decisões que afectam directamente os seus territórios e modos de vida (Cunha, 2022).

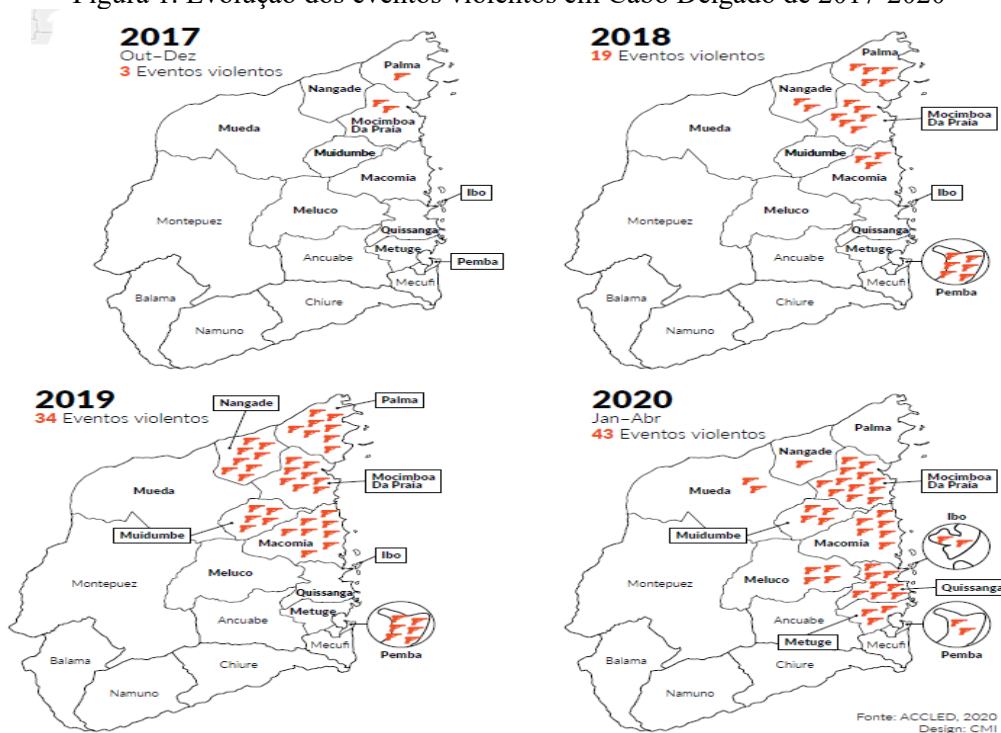
A província de Cabo Delgado exemplifica, assim, um modelo de desenvolvimento que privilegia o lucro externo em detrimento do bem-estar interno. A produção orientada para a exportação e a exclusão das comunidades locais dos benefícios gerados revelam uma estrutura profundamente desigual, que perpetua a pobreza e a instabilidade social. Para que o desenvolvimento seja verdadeiramente inclusivo e sustentável, é necessário repensar este modelo, colocando as comunidades no centro das decisões e garantindo que os recursos da terra sirvam, antes de tudo, para alimentar e dignificar quem nela vive (Cunha *et al.*, 2019). Contudo, como sublinha Cunha (2022), a invisibilidade das comunidades locais nos processos de decisão contribui para a sua exclusão, reforçando a marginalização e perpetuando um modelo de desenvolvimento que não reconhece os sujeitos locais como protagonistas.



O CONTEXTO HISTÓRICO DOS CONFLITOS EM CABO DELGADO VS DESCOBERTA DE GÁS

A província de Cabo Delgado tem sido devastada pelo aumento do extremismo violento associado ao contexto religioso desde 2017. Como consequência deste fenómeno macabro, mais de 3.300 pessoas terão sido mortas pela Ahlu Sunnah wa Jama'a (ASWJ), cujas motivações reais permanecem desconhecidas, embora estas acções coincidam com as zonas abrangidas pelos projectos de exploração de gás. Mais de dois terços da violência perpetrada pela ASWJ têm como alvo civis, o que distingue a actividade extremista violenta em Moçambique de outros grupos militantes islâmicos em África (Pirio *et al.*, 2021). Os conflitos tendem a expandir-se gradualmente ao nível da província. Entre 2017 e 2020, registaram-se entre 3 e 43 eventos violentos, respectivamente, como ilustrado na figura abaixo.

Figura 1. Evolução dos eventos violentos em Cabo Delgado de 2017-2020



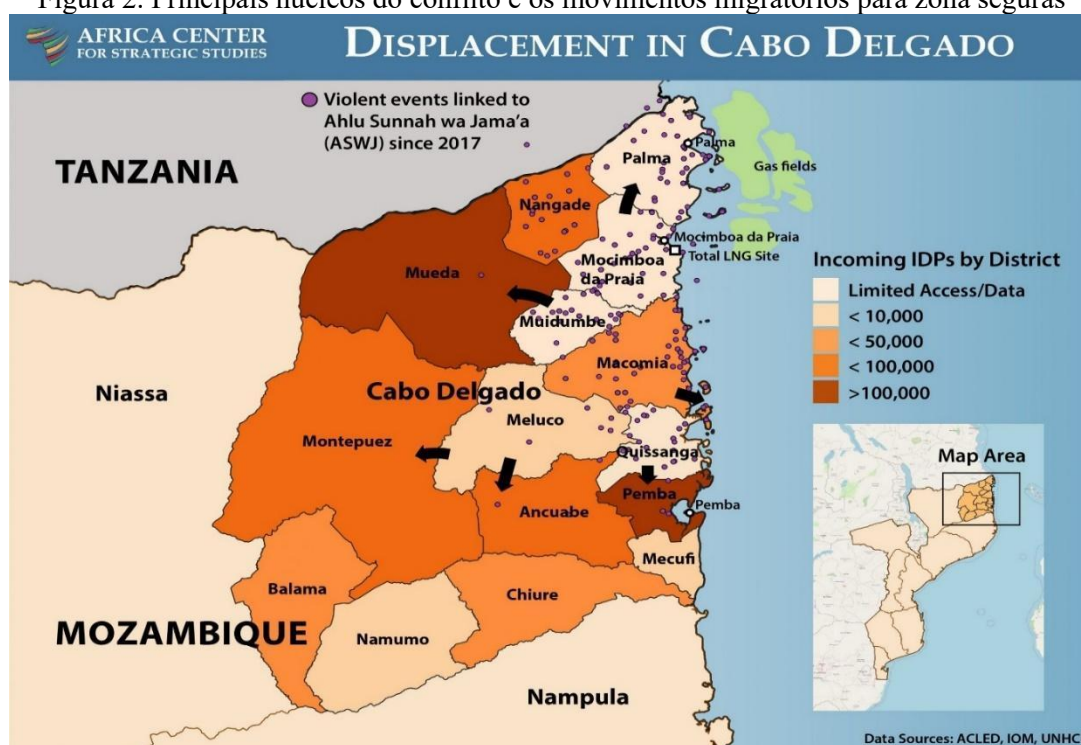
Fonte: ACLED (2020).

Os dados disponíveis na Figura 1 indicam que, já em 2020, mais de metade da província de Cabo Delgado havia sido afectada por conflitos violentos. Neste contexto, o distrito de Mocímboa da Praia destacou-se como o mais severamente afectado, registando o maior número



de ataques em comparação com os restantes distritos igualmente atingidos. Como consequência directa da intensificação da violência, grande parte da população começou a abandonar as suas zonas de origem, procurando refúgio em áreas menos afectadas ou completamente fora da zona de conflito, com o objectivo de serem reassentadas em locais considerados mais seguros. A Figura 2 ilustra o padrão desses movimentos migratórios, evidenciando o fluxo populacional em direcção às regiões com menor incidência de violência armada.

Figura 2. Principais núcleos do conflito e os movimentos migratórios para zona seguras



Fonte: Africa Center for Strategic Studies.

A crise em Cabo Delgado teve início com uma profunda quebra de confiança nas instituições governamentais, amplamente percebidas como exploradoras das comunidades locais ao longo de décadas. Restaurar a confiança da população no governo e nos prestadores de serviços públicos, incluindo a polícia, as forças de segurança, os profissionais de saúde, os educadores e outros, é fundamental para pôr termo à revolta sangrenta. Tal medida seria decisiva para reduzir a influência sociopsicológica que o ASWJ exerce sobre os jovens que aderem ao grupo (Pirio *et al.*, 2021).

Nas suas pesquisas, Ngoenha, Amaral e Nhumaio (2020) apresentam duas hipóteses-chave para interpretar estes conflitos: a geoeconómica e a geopolítica. No plano geoeconómico,



destacam a corrida das grandes potências aos recursos naturais, que coloca Moçambique na rota de disputas armadas. Assim, muitos países do chamado terceiro mundo, e particularmente os africanos, tornam-se palco de confrontos entre potências globais, motivados pela concorrência por recursos estratégicos. No plano geopolítico, observa-se a proliferação do fundamentalismo islâmico, traduzido em actos de terrorismo à escala mundial. Estes fenómenos tiveram origem noutras regiões, como o Médio Oriente, a Europa e os Estados Unidos, antes de se manifestarem em África, em países como a Nigéria, o Quênia, o Sudão e, mais recentemente, Moçambique.

A identificação dos actores envolvidos neste cenário de violência é dificultada pelo facto de muitos não apresentarem rosto. Entre hipóteses e factos, este estudo procurou reunir diferentes abordagens para compreender um fenómeno real que tem deixado marcas profundas e recorrentes nas famílias moçambicanas, especialmente nas de Cabo Delgado. Algumas interpretações sugerem motivações etnopolíticas, associadas a disputas internas na FRELIMO, descritas como um conflito entre uma “efémera elite local de espírito tacanho de capitalistas e chefes tribais macondes” e uma elite “cosmopolita e modernizadora”, de orientação socialista, sediada em Maputo (Derlugian & Earle, 2013 apud dos Santos, 2020). Contudo, esta leitura é insuficiente para explicar a complexidade do contexto. Para Ngoenha, Amaral e Nhumaio (2020), as tensões étnicas, como a disputa entre macondes e muânis — são demasiado limitadas para justificar a génese do conflito. Um dado relevante é o facto de os insurgentes comunicarem nas línguas faladas por estas comunidades (muâni e suaíli), o que sugere que muitos combatentes são recrutados localmente, incluindo em distritos costeiros da província de Nampula.

A religião islâmica é frequentemente apontada como um dos factores que alimentam o conflito. No entanto, como esclarecem Ngoenha, Amaral e Nhumaio (2020), os litígios religiosos, por si só, não explicam a guerra em Cabo Delgado. Apenas cerca de 20% da população moçambicana é muçulmana, distribuindo-se de forma desigual pelo território. Se a religião fosse o factor determinante, seria expectável que conflitos semelhantes ocorressem noutras regiões do país, o que não se verifica. Assim, embora a dimensão religiosa esteja presente, é insuficiente para explicar a magnitude, a organização e o armamento sofisticado observados no conflito.



Para além dos grupos islâmicos frequentemente identificados como promotores da violência, Cunha *et al.* (2020) acrescentam que a usurpação de terras em benefício de empresas extractivistas pode ter gerado uma onda de insatisfação entre as populações locais, desencadeando conflitos entre estas e as empresas envolvidas. Outros actores relevantes incluem redes de narcotráfico: Cabo Delgado é uma rota importante para o tráfico de drogas, e as disputas pelo controlo dessas rotas alimentam confrontos violentos. Finalmente, os abusos de poder cometidos por forças de segurança de empresas transnacionais e por autoridades nacionais têm provocado descontentamento profundo e revoltas populares.

As grandes empresas extractivas, como a ENI, a Anadarko e a Total, parecem actuar como parceiras, comprando e vendendo concessões com elevados lucros, o que enfraquece a tese de que estariam em conflito entre si. Pelo contrário, é plausível que tenham interesse na desestabilização da região, seja para expandir os seus negócios de segurança privada, seja para explorar recursos com menor escrutínio, ou ainda para afastar as populações do controlo governamental. O surgimento de estruturas altamente organizadas e equipadas com armamento sofisticado — incluindo drones — no conflito de Cabo Delgado não pode, de forma alguma, ser atribuído a tensões étnicas, sociais ou religiosas locais, nem à contestação da juventude desempregada ou à prática do Islão. Trata-se, antes, de um factor externo de grande envergadura, capaz de capitalizar conflitos internos e instrumentalizá-los em benefício dos seus próprios interesses (Ngoenha, Amaral & Nhumaio, 2020).

IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS DA EXPLORAÇÃO DO GÁS NATURAL LIQUEFEITO NAS COMUNIDADES LOCAIS

A descoberta de gás natural na Bacia do Rovuma, na costa norte de Moçambique, em Cabo Delgado, constitui uma das maiores reservas mundiais identificadas nos últimos 20 anos (Impacto, 2014). Actualmente, a exploração do gás natural na região é liderada pela multinacional ExxonMobil, que participa num consórcio com cerca de 25% no bloco Área 4 — onde se localizam os maiores reservatórios — e controla indirectamente a Mozambique Rovuma Venture S.p.A. (MRV) (AFP, 2025).

O Relatório Final do Estudo de Impacto Ambiental (REIA) para o Projecto de Gás Natural Liquefeito em Cabo Delgado indica que o volume global de investimento estimado varia entre 25 e 30 mil milhões de dólares, tornando este o maior projecto alguma vez



implementado no país. As projecções económicas são optimistas: prevê-se um aumento significativo do Produto Interno Bruto (PIB) e das receitas fiscais e patrimoniais provenientes da exploração de gás nas próximas décadas. Este crescimento poderá traduzir-se em melhorias substanciais nos sectores da saúde, da educação e, de forma mais ampla, na qualidade de vida dos moçambicanos. Foram ainda avançadas garantias de que, com a expansão do número de unidades de GNL e o aumento das exportações, os benefícios económicos poderão multiplicar-se de forma expressiva (Impacto, 2014). Assim, as projecções para a economia moçambicana nos próximos anos encontram-se fortemente ancoradas na exploração deste recurso estratégico (CIP, 2020).

Quadro 1. Principais benefícios económicos do GNL proveniente de Cabo Delgado até 2024

Categoria	Descrição / Estimativa até 2024
Receitas fiscais (2022–2024)	A Eni, já pagou ao Estado moçambicano cerca de US \$34 milhões até 2023. O valor total estimado de receitas fiscais em 2024 atingiu €62,5 milhões (US \$68 milhões), representando aproximadamente 0,3 % do PIB
Crescimento das exportações de gás	Em 2023-2024, os volumes exportados aumentaram 80,9 % em valor, gerando cerca de US \$336 milhões em receitas no 2º trimestre de 2023
Empregos criados	Em 2025, estima-se que os projectos de GNL deverão gerar aproximadamente 10 000 empregos directos, sendo cerca de 6 000 já criados em 2023, com foco no distrito de Palma e formação técnica de jovens locais.
Desenvolvimento económico e transferência de competências	Programas como o Catalisa, implementado em parceria com TechnoServe e Total Energies, fomentam empreendedorismo local, agricultura e capacitação de jovens, diversificando a economia de Cabo Delgado
Impacto macroeconómico projectado	Estudos, como o da Standard Bank (2014), previam que, se o GNL começasse a ser produzido por volta de 2022, até 2035 o projecto Área 1 poderia contribuir com até 56 % do PIB nacional e criar até 600 000 empregos cumulativos até essa data, a maioria em postos não qualificados ou semi-qualificados
Projeções de receitas governamentais futuras	O FMI e outras projecções estimam que os projectos de GNL (Área 1 e Área 4) gerariam até US \$500 mil milhões em receitas até 2045, podendo representar até 24 % de crescimento anual do PIB entre 2021 e 2025

Fonte: Lusa (2025)

As projecções económicas são bastante animadoras, lançando o país para um desenvolvimento socioeconómico sem precedentes. O aumento das receitas fiscais e a criação de empregos directos auguram um futuro promissor para Cabo Delgado e para o país inteiro. Se, por um lado, existem expectativas de melhoria das condições de vida, por outro, a realidade



revela o oposto. Relatórios de organizações internacionais e nacionais, como o ACNUR, a IOM, a AP News e o CIP Moçambique, mostram que a província foi afectada por uma crise humanitária sem precedentes. Entre 2017 e 2025, Cabo Delgado e as províncias de Nampula e Niassa testemunharam milhares de mortes e mais de um milhão de deslocamentos forçados (tabela 2). Não obstante a presença militar e os programas de ajuda humanitária, a situação permanece instável, com novos deslocamentos em 2025. A tensão continua a ser um dos maiores desafios humanitários de Moçambique.

Quadro 2. Crise humanitária em Cabo Delgado entre 2017 e 2025

Ano	Deslocados Internos em Cabo Delgado / Norte de Moçambique	Fonte / Observação
2017	Início do conflito, deslocamentos começam, ainda sem estimativa consolidada.	
2018	15.000 deslocados no país (Cabo Delgado + regiões centrais).	(CIP, 2020)
2020	424.000 deslocados (Cabo Delgado + regiões centrais).	(CIP, 2020)
2021 (set)	946.508 deslocados em províncias do Norte (inclui Cabo Delgado, Niassa etc.).	(crisisresponse.iom.int)
2023 (final)	Pelo menos 542.535 deslocados em Cabo Delgado; total IDPs no Norte: 583.047. Retornaram: 601.866 apenas em Cabo Delgado.	(crisisresponse.iom.int)
Início de 2024 (jan)	Mais de 582.000 deslocados ainda no Norte de Moçambique.	(UNHCR , 2024)
2024 (relatório IDMC)	718.000 deslocados no país; cerca de 240.000 devido a conflitos (incluindo Cabo Delgado).	(IDMC , 2024)
2025 (até mar.)	Em fevereiro–março, mais de 110.000 deslocados somente desde 22 de dezembro de 2023.	(OIM , 2025)
Julho–agosto 2025	Entre 20 de jul. e 3 de ago., 57.000 deslocados em apenas duas semanas.	(ONU, 2025)
Julho 2025 (8 dias)	Entre 20 e 28 de jul., 46.000 deslocados em uma semana.	(AP News , 2025)



2017–2025 (total acumulado)	Mais de 1 milhão de deslocados desde 2017.
-----------------------------------	--

Fonte: Adaptado pelos autores (2025)

Estima-se que o conflito armado tenha provocado, só na província de Cabo Delgado, cerca de 94% do total de deslocados internos no país, seguindo-se as províncias de Nampula, com menos de 6%, e Niassa, com menos de 1%. Avalia-se ainda que 74% dos deslocados internos vivem em comunidades de acolhimento, enquanto 26% se encontram em locais de deslocação. Quase todos os deslocamentos (99,8%) resultam directamente do conflito em curso; apenas 1%, registado na província de Niassa, foi provocado por cheias e chuvas intensas (IOM, 2024).

CONCLUSÃO

A exploração de gás natural em Cabo Delgado constitui, simultaneamente, uma oportunidade e um risco. Embora tenha potencial para transformar a economia moçambicana, também intensificou tensões sociais e desigualdades, serviu de pretexto para a insurgência armada e levou à militarização da região, com impactos significativos sobre a população civil. O estudo demonstrou que a exploração de gás natural liquefeito na área em análise não está a salvaguardar os interesses sociais, económicos e culturais das comunidades locais, verificando-se uma insatisfação quase generalizada relativamente ao projecto. Entre os factores que alimentam a instabilidade sociopolítica e militar em Cabo Delgado destacam-se a expropriação de terras, a restrição do acesso a zonas de pesca, a falta de oportunidades de emprego para os jovens e a fraca visibilidade dos benefícios provenientes da extracção do gás.

O processo de exploração de gás natural liquefeito tende, assim, a gerar mais impactos negativos do que positivos. Está associado ao deslocamento forçado de famílias sem compensações adequadas, à perda de meios de subsistência e ao agravamento de tensões sociais. Os benefícios económicos são distribuídos de forma desigual, com receitas substanciais apenas previstas para o período entre 2030 e 2040 e com uma participação nacional ainda limitada na cadeia de valor. O recurso excessivo a financiamento público



contribuiu para o aumento do endividamento do país. No plano social, o projecto tem sido associado ao agravamento da violência e à exclusão das comunidades.

Contudo, se for devidamente gerida, a exploração de GNL pode trazer melhorias significativas ao nível das infraestruturas, do emprego e da inclusão social, desde que acompanhada de políticas públicas eficazes, mecanismos de redistribuição e uma participação activa das comunidades locais nos processos de decisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Deslocados em Cabo Delgado, Moçambique, apelam à paz.** 2024. Disponível em: <https://www.unhcr.org/africa/news/stories/displaced-people-mozambique-s-cabo-delgado-plead-peace?utm>. Acesso em: 28 out. 2025.

AFP. **ExxonMobil relança projecto de gás natural em Moçambique.** 2025. Disponível em: https://www.kpvi.com/news/national_news/exxonmobil-relaunches-natural-gas-project-in-mozambique/article_b0d25866-3216-59b1-839d-4f55752b7130.html. Acesso em 22 de nov. 2025.

ALBERDI, J.; CRUZ, L.; VALLE, L. P.; BARROSO, M.; COELHO, V. **Cabo Delgado (Moçambique): A terra onde não se come o que se produz e produz o que não se come.** Gernika Gogoratuz, 2019.

AP NEWS. **Combatentes ligados ao Estado Islâmico deslocam mais de 46.000 pessoas no norte de Moçambique.** 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/mozambique-displaced-violence-cabo-delgado-militants-180cecc43e76a7a54aa30eb0822beded>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BORRAS JR, S. M.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Apropriação de terras e acumulação capitalista global: características-chave na América Latina. **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**, v. 33, n. 4, p. 402–416, 2012.

CIP (CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA). **Gás Natural da Bacia do Rovuma: O Governo deve tomar medidas para proteger a economia da queda do preço do Petróleo e evitar cenário negativo.** Edição nº 9. Maputo, 2020.

CUNHA, T. *et al.* **Estudo de caso: Cabo delgado (Moçambique). A terra onde não se come o que se produz e produz o que não se come.** Gernika Gogoratuz, 2020. Disponível em: <https://territoriolab.org/wp-content/uploads/2020/04/EC-Cabo-Delgado-digital-PT.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CUNHA, T. **Moçambique: os lugares e os rostos da exclusão.** Coimbra: Edições Almedina, 2022.

DOS SANTOS, F. A. **Guerra no Norte de Moçambique, uma Região rica em recursos naturais – Seis Cenários.** CMI Insight, 2020.

ENRÍQUEZ, M. A. R. da S. **Mineração: maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira.** São Paulo: Signus, 2008.

FRANKEL, J. A. **The natural resource curse: a survey of diagnoses and some prescriptions.** John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2012. Disponível em: https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/8694932/rwp12014_frankel.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 jul. 2025.



GLOBAL PROTECTION CLUSTER. **Atualização da análise de protecção da província de Cabo Delgado**. 2022. Disponível em:

<https://globalprotectioncluster.org/publications/661/reports/protection-analysis-update/cabo-delgado-province-protection-analysis?utm>. Acesso em: 28 jul. 2025.

IDMC. **Relatório do IDMC aponta para mais de 700.000 deslocados internos em 2024**. 2024.

Disponível em: <https://360mozambique.com/development/idmc-report-points-to-over-700000-internally-displaced-people-in-2024/IMPACTO-Projectos> e Estudos Ambientais. Acesso em: 28 jul. 2025.

IMPACTO. **Relatório Final do Estudo de Impacto Ambiental (REIA) para o Projecto de Gás Natural Liquefeito em Cabo Delgado**. 2014.

IOM. **Plano de Resposta Crise à Crise em Moçambique 2022**. 2022. Disponível em:

<https://crisisresponse.iom.int/response/mozambique-crisis-response-plan-2022>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LE BILLON, P. The political ecology of war: natural resources and armed conflicts. **Political Geography**, v. 20, n. 5, p. 561–584, 2001.

LIMA, M. A. P. **A teoria da maldição dos recursos naturais e a nova agenda de pesquisa**. Lopes. JG, 2178-1036, 2012.

LUSA. **Notícias de negócios – Moçambique: receitas do gás sobem 21,8% em 2024, crescimento mais lento deste ano e no próximo**. 2025. Disponível em:

<https://www.amanalliance.org/Home/ContentDetail/92111?utm>. Acesso em: 28 ago. 2025.

NGOENHA, S.; AMARAL, G. D.; NHUMAIO, A. Cabo Delgado e o risco sistémico da guerra em Moçambique. In: IESE. (Org.). **Desafios para Moçambique**. p. 35–46, 2020.

OLIVEIRA, A. F. de. *at al.* **Recursos naturais e a economia**. 2023.

ONU. **Nearly 60,000 displaced by heavy fighting in northern Mozambique**. 2025. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2025/8/5/un-says-nearly-60000-displaced-by-heavy-fighting-in-northern-mozambique?utm>. Acesso em: 21 set. 2025.

PAMPLONA, J. B.; CACCIAMALI, M. C. A maldição dos recursos naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 129–159, 2018.

PIRIO, G.; PITTELL, R.; ADAM, Y. **Gritos da comunidade: ouvindo o povo de Cabo Delgado**.

Africa Center for Strategic Studies, 2021. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/cries-from-the-community-listening-to-the-people-of-cabo-delgado/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

ROSS, M. L. How do natural resources influence civil war? Evidence from thirteen cases.

International Organization, v. 58, n. 1, p. 35–67, 2004.

SACHS, J. D. *et al.* A maldição dos recursos naturais. **Revista Económica Europeia**, v. 45, p. 827–838, 2001.

STRACK, D.; AZEVEDO, A. F. Z. A doença holandesa no Brasil: sintomas e efeitos. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 24, n. 2, p. 68–91, 2012.

VALLE, L. D. P. **Estudo de caso: Cabo Delgado (Moçambique)**. A terra onde não se come o que se produz e produz o que não se come. Gernika Gogoratz, 2020.



VERÍSSIMO, M. P. Exportações de petróleo e a hipótese da Maldição dos Recursos Naturais no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 18, n. 01, p. 63–88, 2019.

VERÍSSIMO, M. P.; XAVIER, C. L. Tipos de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 18, n. 2, p. 267–295, 2014.